

Diderot e a defesa da educação pública e laica

Fabiana Tamizari

Universidade Mackenzie – São Paulo – Brasil

fabitamizari@yahoo.com.br

Resumo: O texto pretende analisar a concepção diderotiana de educação enfatizando principalmente a defesa de um sistema educacional público, laico e voltado para a promoção do esclarecimento, ou seja, a superação dos preconceitos e das superstições e da valorização da razão.

Palavras-Chaves: Iluminismo; Diderot; Educação Pública e Laica.

I – Esclarecimento e Educação

O Século das Luzes foi pioneiro na exploração de vários temas, dentre eles o da educação. Denis Diderot (1713-1784), por exemplo, é autor de um *Plano de uma universidade*, de 1775, texto escrito, curiosamente, a pedido da imperatriz da Rússia, Catarina II, em que ele expõe uma parte importante da sua concepção de educação atrelada ao seu projeto iluminista de difusão dos saberes, a saber, laica, pública e fundamentada na ação do Estado, como veremos no desenvolvimento deste ensaio.

“No que concerne à educação pública, não há nada de variável, nada que dependa no essencial das circunstâncias. A sua meta será sempre a mesma em todos os séculos: fazer homens virtuosos e esclarecidos” (DIDEROT, 2000, p. 276). Tal princípio e metas universais de uma proposta educacional lemos no *Plano de uma universidade*, de 1775, texto escrito pelo pensador francês Denis Diderot (1713-1784), sob encomenda da imperatriz da Rússia, a déspota esclarecida Catarina II. Nele podemos perceber a relevância dada por Diderot à educação no interior da sua filosofia. Para um dos protagonistas da *Enciclopédia*, a função primordial e estratégica da educação seria promover o esclarecimento, isto é, o processo de emancipação dos indivíduos por meio da superação dos preconceitos e das superstições em direção a uma vida orientada sobretudo pela razão, mais precisamente pelo exercício autônomo da razão e da

vontade, bem como pelo cálculo racional dos prazeres e por valores como compreensão, tolerância e sacrifício, tríade ética e política esta condensada numa só palavra e virtude: sociabilidade. A propósito, encontramos no verbete “Filósofo” um exemplo do processo de sociabilidade defendida por Diderot:

Nosso filósofo não se crê exilado do mundo, nem viver em país inimigo. Quer desfrutar de uma sábia administração da natureza lhe oferece. Quer encontrar prazer com os demais e, para consegui-lo, procura concordar com aqueles a quem o acaso ou a escolha o fizeram conviver. Ao mesmo tempo, encontra o que lhe convém; é um homem honesto que quer agradar e mostrar-lhe útil (DIDEROT, 2000, p. 56).

Para a realização desse projeto ousado e ambicioso seria necessário, no entender de Diderot, que essa educação, além de pública, fosse antes de tudo inteiramente laica, portanto, imune e livre da intromissão dos preceitos e dogmas da religião. Historicamente, as religiões, em especial o cristianismo, em suas facções católica e protestante, por meio dos seus dogmas, promoveram no continente europeu o obscurantismo, segregações de todo tipo e guerras, difundiram preconceitos e intolerâncias muito mais do que a caridade e o amor e entendimento entre os homens de suas pregações em púlpitos. Portanto, para o convívio social – e a história da Europa era uma prova disso –, a experiência dos homens com a religião fora lamentável, conclui Diderot (cf. DIDEROT, 2000, p. 270). Só uma educação laica garantiria a tolerância e, por conseguinte, a paz necessária para o progresso e o aperfeiçoamento da sociedade. Nesse sentido, como veremos em detalhes a seguir, Diderot também propõe como valor do seu projeto educacional a universalidade desse ensino.

É nesse instante que a política institucional é evocada por Diderot. O envolvimento e o apoio dos monarcas, mais exatamente dos déspotas esclarecidos do seu tempo, a esse projeto, diríamos, democrático, de ampliação das luzes a todos, seriam decisivos para a realização desse propósito humanista. Foi o que pareceu a Diderot, pelo menos num primeiro momento. O esclarecimento, portanto, é pensado por Diderot como um empreendimento em grande medida político, não somente pelo seu fim, mas também pelo seu meio. Na expectativa de viabilizar na prática o seu projeto, Diderot se aproximou do poder, mais exatamente da imperatriz Catarina II, da Rússia, uma governante bastante interessada pelo ideário iluminista. Outros filósofos do período fizeram o mesmo. Os casos mais emblemáticos são o de Voltaire e La Mettrie, que

acabaram se tornando protegidos de Frederico II, rei da Prússia, figura de proa do despotismo esclarecido. A propósito pondera Salinas Fortes: “Na ação político-administrativa destes ‘déspotas esclarecidos’ seria possível, à primeira vista, ver a aplicação prática, em termos políticos, da grande aspiração própria do Iluminismo e de acordo com a qual a Razão humana, apossando-se do poder político, estaria em condições de conduzir o homem a plena realização de seu destino” (FORTES, 2004, p. 75). Nessa mesma direção acrescenta Todorov: “Também na escola destina-se a ser subtraído o poder eclesiástico para se tornar um lugar de propagação das Luzes, aberta a todos, portanto gratuita, e ao mesmo tempo obrigatória para todos”. (TODOROV, 2008, p. 19).

Examinaremos aqui o essencial do *Plano de Uma Universidade*, de Diderot, elaborado em 1775, quando o filósofo contava com 62 anos, destacando nesse documento programático, por assim dizer, dois aspectos fundamentais. O primeiro deles diz respeito ao ensino universitário levado a cabo na França do século XVIII. Este, aos olhos de Diderot, não promovia a autonomia dos indivíduos, a começar das crianças, estas tuteladas pelos seus preceptores, na maioria das vezes religiosos ou de forte formação religiosa. Ao contrário, a educação praticada na época do Antigo Regime, inclusive na Sorbonne, consistia numa doutrinação religiosa, na maior parte dos casos, ditada pelos dogmas da Igreja Católica e, de certo modo, da escolástica. Uma das consequências perniciosas dessa hegemonia ideológica no ensino eram os empecilhos por ela criados para o aprimoramento e a atualização dos currículos, os quais não acompanhavam as descobertas e as mudanças científicas e técnicas da época – muito rápidas, diga-se de passagem –, dificultando assim uma instrução mais dinâmica, que conciliasse de maneira mais prolífica a teoria com a prática. O resultado inevitável desse modelo de ensino orientado pela metafísica religiosa seria a estagnação das ciências – ainda incipientes, vale assinalar – com significativos prejuízos para o desenvolvimento das nações. É o que sustenta Diderot na seguinte passagem:

Carlos Magno, nascido em um tempo em que ler, escrever e balbuciar mau latim não era um mérito comum, fundou nossa pobre universidade: ele a fundou gótica; ela permaneceu gótica, tal como ele a fundou; e malgrado seus vícios monstruosos, contra os quais os homens instruídos destes dois últimos séculos não têm cessado de reclamar e que subsistem sempre, se lhe deve o nascimento de tudo o que se fez de bom desde sua origem até agora (DIDEROT, 2000, p. 270).

O segundo aspecto que levaremos em conta em nossa análise do *Plano de uma universidade* é a proposta diderotiana para uma educação laica e pública, pois, para Diderot, somente ela seria capaz de promover a autonomia e o desenvolvimento dos indivíduos e das nações. Segundo o filósofo, para implantar esta proposta emancipadora seria necessário estabelecer três pontos: 1) garantia que todos tivessem acesso à educação; 2) financiamento e fiscalização do Estado do sistema educacional; 3) e reforma do currículo.

II – A educação na França do século XVIII

Diderot, no *Plano de Uma Universidade*, examina os alicerces da educação francesa, principalmente da educação universitária. Para o enciclopedista, a Igreja Católica – instituição responsável pela administração das universidades –, ao invés de promover a autonomia e valorizar a racionalidade, era fonte da disseminação de preconceitos, dogmas e conhecimentos ultrapassados, que em nada contribuíam para o aprimoramento intelectual dos franceses. Cabe ainda ressaltar que as críticas à religião no *Plano para uma Universidade* ultrapassam o aspecto educacional, Diderot aproveita o documento, dirigido a uma imperatriz, e aponta os aspectos negativos da ligação do poder político com o religioso. A influência religiosa, particularmente católica é duramente criticada por Diderot. Para ele, os dogmas cristãos atingiriam áreas estratégicas da sociedade, deixando marcas que dificilmente seriam superadas: “A tolice ou o interesse do grande Constantino, que abandonou quase todas as funções importantes do Estado aos padres cristãos, deixou traços tão profundos que estes talvez jamais se apagarão” (DIDEROT, 2000, p. 269).

Para demonstrar a sua tese, Diderot recorre à história da educação na França. Ele explica que a educação francesa em vigor no século XVIII tinha raízes no período medieval (cf. DIDEROT, 2000, p. 270). Segundo Diderot, a educação oferecida pelas universidades não havia passado por nenhuma atualização, funcionando como um centro mais de difusão de dogmas religiosos do que produtor de conhecimento. A propósito, Peter Burke, na obra *Uma história Social do Conhecimento – de Gutenberg a Diderot*, descreve o funcionamento de uma universidade medieval, como a criticada por Diderot em seu texto:

Nessa época [referência ao período medieval], admitia-se como indiscutível que as universidades deviam concentra-se na transmissão do conhecimento, e não em sua descoberta. De modo semelhante, pressupunha-se que as opiniões e interpretações dos grandes pensadores e filósofos do passado não podiam ser igualadas ou refutadas pela posteridade, de tal forma que a tarefa dos professores se limitava a expor as posições das autoridades (Aristóteles, Hipócrates, Tomas de Aquino e outros). As disciplinas que podiam ser estudadas, pelo menos oficialmente, eram fixas: as sete artes liberais e os três cursos de pós-graduação de teologia, direito e medicina” (BURKE, 2003, p. 38).

Ou seja, não havia preocupação de promover e difundir conhecimentos novos, mas apenas reiterar e perpetuar dogmas católicos e escolásticos. Para o filósofo iluminista, um exemplo dessa postura conservadora, em especial nas universidades francesas, era o fato delas ainda sustentarem como verdades incontestáveis as verdades dos grandes sistemas metafísicos do passado compatíveis com os interesses teóricos e ideológicos da Igreja. A esse respeito enfatiza Diderot:

O espírito humano parece ter deitado fora seus maus humores. A futilidade dos estudos escolásticos é reconhecida. O furor sistemático caiu. Não se trata mais nem de aristotelismo, nem de cartesianismo, nem de malebranchismo, nem de leibnizianismo. O gosto pela verdadeira ciência reina em toda a parte. Os conhecimentos em todos os gêneros foram elevados a um altíssimo grau de perfeição (DIDEROT, 2000, p. 278).

Para reforçar sua crítica ao ensino do seu tempo, ao ensino universitário em particular, Diderot faz um balanço da sua própria formação universitária, concluída, aliás, em 1732. Formado em Belas Artes na Universidade de Paris, a prestigiada Sorbonne, para ele o aprendizado recebido pouco contribuiu para a sua vida num sentido mais amplo, ou seja, numa forma humanista:

À exceção dos primeiros princípios de aritmética, de álgebra e de geometria (...) quase nada que valha a pena ser retido e que não se aprendesse muito melhor em quatro vezes menos tempo. A única vantagem que não se tinha absolutamente em vista e que se obtém de nossas escolas é o hábito de aplicar-se, e de aplicar-se constantemente a coisas frívolas, mas difíceis; hábito que dá uma maravilhosa facilidade para objetos mais importantes em todas as funções da sociedade; hábito que distingue

singularmente um homem de um outro, sobretudo se a prática do mundo curou o primeiro da cavilação; o que nem sempre acontece.

Eis, portanto, todo o fruto de sete ou oito anos de penoso trabalho e de uma prisão contínua. (DIDEROT, 2000, p. 272).

Além da formação insatisfatória, Diderot também critica as consequências sociais do monopólio do ensino por parte da Igreja. Para o filósofo, ao final do primeiro ciclo na França da sua época, denominado “Belas Artes” – que durava oito anos e o aluno ingressava após a conclusão do ensino primário, com a duração de quatro (cf. DIDEROT, 2000, p. 384) –, os formados tornavam-se, em última instância, cidadãos ociosos e inúteis:

Mas todos aqueles que seguiram a avenida das artes até o fim, entram em uma das três faculdades? – Não – O que se tornam, pois? Preguiçosos, ignorantes, demasiado idosos para começar a se instruir em alguma arte mecânica, eles se tornam comediantes, soldados, gatunos, jogadores, velhacos, escroques e vagabundos (DIDEROT, 2000, p. 273).

Mas as críticas de Diderot não se restringiram ao ensino oferecido pela faculdade de Belas Artes; os três cursos no qual os alunos da época prosseguiam seus estudos – direito, medicina e teologia – também eram prejudicados. Na opinião do enciclopedista, com a defasagem do conteúdo e com a falta de uma relação mais frutífera entre a teoria e a prática. Para Diderot, o principal problema do curso de direito era a ausência do estudo das leis francesas. A ênfase do curso era o ensino do direito romano (cf. DIDEROT, 2000, p. 274). A despeito de elogiar a faculdade de medicina, julgando-a a melhor entre as quatro, o filósofo nela constata um problema grave: o desleixo com o exercício prático das teorias médicas. Isso fazia dos futuros pacientes futuras cobaias (cf. idem, p. 275). Vale dizer que Diderot foi pioneiro em exigir o fim da separação entre a medicina teórica e a medicina prática.

Quanto à faculdade de teologia, Diderot a descreve como um campo de batalhas entre as várias vertentes cristãs, e onde se os estudantes eram, de todos, os “mais intolerantes e trapalhões” (idem, p. 275). Ao invés de religiosos tradicionais, a faculdade de teologia formava na prática proselitistas do deísmo e ateus (cf. idem, p. 275). Para

Diderot, portanto, o ensino universitário francês muito pouco contribuía para o desenvolvimento e o progresso da França absolutista. É contra essa realidade que Diderot proporá o seu *Plano de uma universidade*.

III – A proposta de ensino de Diderot

No século XVIII foi intenso o debate sobre a educação. Léon Cahen, por exemplo, na obra *A História da Educação Pública*, um dos primeiros compêndios sobre o tema, destaca que a questão educacional foi tema recorrente no século Luzes. Vários iluministas da época se posicionaram sobre ele, particularmente Holbach, Helvetius, D’Alembert e Diderot. Cahen também ressalta que a discussão em torno do assunto levou a criação do *Jornal da Educação*, que circulou até o final do século (CAHEN, 1904, p. 324). As discussões giravam em torno sobre a eleição da a melhor prática pedagógica e o papel mais adequado que o Estado deveria assumir na condução da educação (cf. CAHEN, 1904, p. 324). Diderot destacou-se nesse debate, como escreve Lorenzo Luzuriaga, na obra *História da Educação Pública*:

Outro pensador que se ocupa da educação pública no sentido estatal é o grande enciclopedista Diderot (...) que, além do trabalho educacional que supõe a edição da *Enciclopédia* e de uma “Refutação a Helvetius”, redigiu ali por volta de 1776, para Catarina II, da Rússia, os “Planos e estatutos dos diferentes estabelecimentos ordenados pela Imperatriz Catarina II para a educação da juventude”, onde expõe suas ideias sobre a educação pública, as quais inspiraram depois bastantamente os organizadores do ensino (LUZURIAGA, 1959, p. 36).

Retificando Luzurianga, lemos no *Plano de Uma Universidade* o seguinte: “Instruir uma nação é civilizá-la. Extinguir nela os conhecimentos é reduzi-la ao estado de barbárie” (DIDEROT, 2000, p. 263). Lemos também a respeito:

Trata-se de dar ao soberano súditos fiéis, ao império, cidadãos úteis; à sociedade, indivíduos instruídos, honestos e mesmo amáveis; á família bons maridos e bons pais, á república das letras, alguns homens de grande gosto, e à religião, ministros edificantes, esclarecidos e pacíficos (DIDEROT, 2000, p. 266).

Já sobre a relação que a educação deveria ter com a política para que o processo

civilizatório se efetivasse, Diderot argumenta: “O selvagem perde essa ferocidade das florestas que não reconhece nenhum senhor, e assume em lugar dela uma docilidade refletida que o submete e o prende a leis feitas para a sua felicidade. Sob um bom soberano, é o melhor dos súditos; é o mais paciente, sob um soberano insensato” (DIDEROT, 2000, p. 264). Ou seja, mais do que um direito, a educação é vista por Diderot como um dever do soberano para com os seus governados. Mas para que a educação cumpra a sua tarefa iluminista, ela precisa ser antes, ao mesmo tempo, no entender de Diderot, ser laica e universal.

O modelo educacional universitário proposto por Diderot resume-se, poderíamos dizer, na seguinte frase: “Universidade é uma escola cuja porta esta aberta indistintamente a todos os filhos de uma nação e onde os mestres estipendiados pelo Estado os iniciam no conhecimento elementar de todas as ciências” (DIDEROT, 2000, p. 267). Diderot relaciona, portanto, três pontos fundamentais para garantir que a escola fosse ao mesmo tempo laica e universal: 1) o acesso irrestrito à educação; 2) o pagamento dos mestres e a fiscalização das instituições pelo Estado; 3) a atualização do currículo, adequando as descobertas dos novos tempos (cf. DIDIER, 1995, p. 83). Exploremos então estas características.

IV – Universalidade do ensino, democratização da educação

Atingir todos os indivíduos de uma nação é para Diderot, uma condição fundamental para que o processo educacional alcance seus objetivos: “Eu digo indistintamente, porque seria tão cruel quanto absurdo condenar à ignorância às condições subalternas da sociedade” (DIDEROT, 2000, p. 267). Ele reitera essa posição em uma troca de correspondências com a imperatriz russa, publicadas em *Mélanges pour Catherine II*, em cuja obra é destacada a necessidade de investimentos no ensino básico público e não somente nas instituições universitárias, pois em todo o império haveria indivíduos que, por sua constituição, estariam destinados a grandes feitos:

Sua majestade estabeleceu duas casas, onde se prepara indivíduos de mérito raro. Mas estes dois não podem conter todos os seus filhos, e entre aqueles que permanecem dispersas e esquecidas no império, e que perpetuam na ignorância e no preconceito, não há dúvida de que a natureza destinou para grandes coisas (DIDEROT, 1994, p. 282).

Essa defesa diderotiana da educação universal ou, em outros termos, da democratização da educação, representa um grande avanço, mesmo entre os pensadores iluministas, pois poucos deles compartilhavam do valor de que a educação deveria beneficiar todos os franceses. Voltaire, por exemplo, sustentava uma posição aristocrática sobre o assunto, como bem assinala Carlota Boto: “Havia, em Voltaire, como em outros expoentes da própria *Enciclopédia*, o medo de que a instrução esparramada por camadas distintas do tecido social desorganizasse os afazeres e os ofícios manuais, prejudicando – com isso – a economia pública e fomentando rebeliões populares” (BOTO, 2003, p. 739).

Diderot via a questão de forma mais ampla. Para Beatrice Didier, por exemplo, a proposta de uma “escola popular”, ou seja, que fosse acessível à toda população, seria um reflexo dos anseios de igualdade da burguesia, classe social à qual o filósofo pertencia (cf. DIDIER, 1995, p. 83). O que importava era o desenvolvimento e o progresso daquela França absolutista e, sobretudo, obscurantista. A proposta diderotiana contempla a igualdade por talento e não por hierarquia social. Essa condição fica explícita quando o filósofo descreve o que seria para ele a condição ideal para a concessão de bolsas de estudos: “Mas não deve ocorrer em absoluto que tais lugares ou bolsas sejam ocupadas por nomeação de seus fundadores. (...) Essas bolsas serão postas a concurso público, ou concedidas a um mérito constatado por um exame rigoroso” (DIDEROT, 2000, p. 385). O filósofo inclusive já trata a educação como um dever, algo do qual nenhum homem pode ser impedido de ter acesso, e para garantir isso propõe que os pais fossem obrigados a manter os seus filhos na escola, mesmo os que fossem mais pobres tinham que ter fornecido pelo Estado: material e alimentação (cf. LUZURIAGA, 1959, p. 36), conforme lemos neste trecho da obra:

As escolas primárias abertas a todas as crianças do povo, desde o momento em que podem falar e andar. Ai, elas devem encontrar mestres, livros e pão. Mestres que lhes ensinem a ler, a escrever e os primeiros princípios da religião e da aritmética; livros de que a maior parte não estaria talvez em situação de prover-se; pão que autoriza o legislador a forçar os pais mais pobres a enviar a elas seus filhos (DIDEROT, 2000, p. 379).

Diderot era, portanto, uma entusiasta da educação pública, como destaca Jean-

Marie Dolle, na *Diderot Politique et Éducation*, no momento em que os pensadores oscilavam entre a educação particular, dirigida por preceptores, e a educação coletiva, o enciclopedista via na segunda modalidade uma possibilidade maior de interação e crescimento pessoal e da nação (cf. DOLLE, 1973, p. 176).

V – O financiamento e a administração da educação pelo Estado

Para Diderot, a educação formal divide-se em duas etapas: a primeira destinada à educação primária ou elementar e a segunda desenvolvida na universidade. Na fase inicial, as lições deveriam focar a leitura e a escrita e os princípios da religião e aritmética, sendo obrigação do Estado fornecer os professores, os livros e a alimentação (cf. DIDEROT, 2000, p. 379). Ao término desta primeira fase, os jovens poderiam escolher entre dois caminhos, aprender um ofício ou encaminhar-se para as universidades para prosseguir seus estudos (cf. idem, p. 379).

Encontramos no texto *Plano de Uma Universidade* dois exemplos que demonstram este posicionamento do filósofo francês. O primeiro diz respeito a quem cabe fiscalizar e administrar os membros do corpo docente e discente de uma universidade, para Diderot essa tarefa é exclusiva do Estado, como lemos em suas palavras: “Não haverá nenhum outro inspetor absoluto da educação pública exceto o Estado. Compete ao Estado nomear, manter ou mudar o reitor e os diretores, destituir professores, mandar embora os repetidores ou mestres de alojamento, e excluir da escola os alunos ineptos ou viciosos” (DIDEROT, 2000, p. 389). O outro diz respeito ao fornecimento de bolsas de estudo para estudantes carentes, o critério a ser adotado não seria a indicação, mais sim uma seleção pública, que garantiria que os mais bem preparados recebessem o benefício (cf. idem, p. 385).

Para Diderot, o Estado só tinha a ganhar investindo na educação, pois além do desenvolvimento do indivíduo, havia a possibilidade do aprimoramento geral da sociedade, como lemos nas palavras de Carlota Boto, no texto já citado: “O Estado era o maior interessado na formação dos indivíduos, até para que viessem a público os sujeitos mais meritórios; os talentos, as aptidões de cada um – o que conduziria a um aprimoramento geral da sociedade” (BOTO, 2003, p. 7).

VI - O currículo

Quanto ao currículo a ser adotado Diderot propõe um curso de ciência universal, no qual os alunos adquiririam uma gama variada de conhecimentos sobre as diversas áreas, proporcionando uma formação geral para o indivíduo: “O objeto de uma escola pública não é de modo algum produzir um homem profundo, em qualquer gênero que seja; mas iniciá-lo em um grande número de conhecimentos cuja ignorância lhe seria prejudicial em todos os estados da vida, e mais ou menos vergonhosa em alguns” (DIDEROT, 2000, p. 282). Neste contexto então a universidade, para Diderot, é o “ensino progressivo de conhecimentos elementares” (idem, p. 282) e o aprofundamento em uma determinada área é uma decisão pessoal, na qual o indivíduo aplica a sua capacidade e a sua dedicação: “A pessoa entre ignorante e sai escolar; a gente se faz mestre por si mesma, dirigindo toda a sua capacidade natural e toda a sua aplicação para um objeto particular” (idem, p. 282).

Quanto à escolha dos conteúdos, Diderot alerta que não se poderia ter como ponto de partida a *Enciclopédia*, uma vez que está passando pelo crivo da razão todo o conhecimento produzido pelo homem, reproduzir esta experiência em sala de aula com um número reduzido de professores seria impossível (cf. DIDEROT, 2000, p. 283). Em face deste quadro então, Diderot propõe que o currículo leve em conta duas possibilidades de estudo que pudessem ser incorporadas à ciência universal: a relação do homem e da natureza e o homem em sociedade. Para ele, o estudo destas duas perspectivas sugere um leque de conhecimentos básicos em disciplinas como aritmética, geometria, física, astronomia, história, geografia, entre outras áreas que devem ser abordadas na educação pública.

Diderot mantém a estrutura do sistema universitário francês, ou seja, uma primeira fase com uma formação geral concluída em oito anos e uma segunda etapa, na qual o indivíduo pode optar pelas carreiras clássicas, teologia, medicina ou direito. A sua grande inovação foi estabelecer um currículo que atendesse uma formação geral e que tivesse uma aplicação prática, um exemplo disso é que ao invés de iniciar o seu curso com o ensino de latim e grego, uma tradição escolástica, Diderot propõe o ensino da aritmética, álgebra e da geometria, que segundo ele, estão presentes em todas as áreas da vida, em suas palavras: “Tudo se conta, tudo se mede. O exercício de nossa razão se reduz amiúde a uma regra de três. Não há objetos mais gerais do que o número e o espaço” (DIDEROT, 2000, p. 289). Havia por parte de Diderot, uma grande

preocupação que o conhecimento não fosse estéril, mas sim que ele sempre visasse algo prático e que possibilitasse estabelecer uma ligação entre as diversas áreas estudadas (cf. idem 284). Pensando também na diversidade do gênero humano, a sua proposta além de um currículo comum, possibilitava a dedicação a outras áreas do conhecimento que atendessem aos interesses dos alunos, como dança, desenho, esgrima e natação (cf. idem, p. 288).

Diderot tinha uma grande preocupação que a sua proposta educacional tivesse a presença do espírito investigativo do seu tempo, ou seja, que não fosse restrito a sistemas filosóficos fechados. Para o filósofo, o mundo era semelhante a um laboratório, no qual se vivenciava uma experiência constante, conforme podemos ler na seguinte passagem da obra *Princípios Filosófico da Matéria e do Movimento*: “(...) sou físico e químico, que tomo os corpos na natureza e não em minha cabeça, eu os vejo como existentes, diversos, revestidos de propriedade, de ações e agitando-se no universo como no laboratório” (DIDEROT, 2000, p. 249). Um exemplo desta postura investigativa na educação proposta por Diderot está presente no seu projeto para a faculdade de medicina no qual defende que os médicos não devem ficar presos em suas práticas rotineiras, mas sim ter a ousadia da pesquisa: “Foi o empirismo que deu origem à medicina, e ela só pode esperar verdadeiros progressos do empirismo” (idem, p. 357).

Ainda sobre o plano para faculdade de medicina, Diderot demonstra o caráter pragmático e político do seu programa educacional. Esse fato fica exemplificado na sua proposta de agregar à faculdade de medicina um hospital universitário, no qual os alunos poderiam colocar prática o aprendizado adquirido, além atender de uma necessidade básica da população, a saúde pública, como lemos neste trecho: “(...) é preciso recordar-se que a saúde pública é talvez o mais importante de todos os objetos. Se os homens são pobres, o soberano só protege desgraçados; se são valetudinários, ele cuida apenas de enfermos” (DIDEROT, 2000, p. 355).

Outra característica peculiar do seu plano diderotiano para a montagem de uma universidade na Rússia foi alertar para a necessidade de estabelecer o ensino de áreas que eram somente regulamentadas pelo costume, como as forças armadas, o comércio e agricultura, a construção entre outras. Para Diderot, sendo estas atividades as fornecedoras da base material da sociedade, portanto muito importantes, também deveriam ser submetidas ao método racional de ensino, possibilitando às elas também o progresso. Essa preocupação diderotiana pode ser considerada uma posição de vanguarda em seu tempo, como destaca J. M. Dolle:

Hoje, a organização dos estudos proposta por Diderot, nos surpreende. Embora a sua principal preocupação é uma resposta ao princípio da utilidade, ele quer, independente do nível, que o conhecimento adquirido possa ser usado diretamente na indústria. Esta preocupação é louvável, porque responde a uma preocupação contemporânea. (...) Diderot atende a um exigência da sociedade do seu tempo, felizmente, talvez, corajosamente, provavelmente porque ninguém antes dele tinha proposto uma solução desta natureza (DOLLE, 1973, p. 149).

Ao reunir estas três condições: ensino aberto a todos, educação financiada e administrada pelo Estado e um currículo que fornecesse uma educação abrangente e utilitária, Diderot acreditava ter reunido a base para o estabelecimento de um ensino laico e universal, que de fato pudesse difundir as *luzes* da razão e promover o progresso e apagar da história as *trevas* do preconceito e da ignorância.

Bibliografia

BOTO, C. *A escola do homem novo: entre o iluminismo e a Revolução Francesa*. São Paulo: UNESP, 1996.

BOTO, C. “Na Revolução Francesa, os princípios democráticos da escola pública, laica e gratuita: o relatório de Condorcet” in *Educação & Sociedade*. Campinas: Unicamp, vol. 24. n. 84, 2003.

BURKE, P. *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.

CAHEN, L. *Condorcet et Le Revolution Française*. Paris: Felix Alcan, 1904.

DOLLE, J.M. *Diderot: Politique et Éducation*. Paris: J. Vrin, 1973.

DIDEROT, D. “Plano de uma universidade” in DIDEROT, D. *Obras I Filosofia e Política*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

_____ “Mélanges pour Catherine II” in DIDEROT, D. *Ouvres Tome III Politique*. Paris: Éditions Robert Laffont, 1995.

DIDEROT, D. “Filósofo” in DIDEROT, D. *Obras IV – O Enciclopedista*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007.

DIDIER, B. “Quand Diderot faisait le plan d’une université” in *Recherches sur Diderot et sur l’Encyclopédie*, número 18-19, 1995.

PIVA, P. J. L. *O ateu virtuoso: materialismo e moral em Diderot*. São Paulo: Discurso Editorial: Fapesp, 2003.

FORTES, L. R. S. *O Iluminismo e os reis filósofos*. 5. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1987.

LUZURIAGA, L. *História da Educação Pública*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1959.

TODOROV, T. *O espírito das luzes*. São Paulo: Barcarolla, 2008.